

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Ato de Repetição Pregão 08/2019

## 1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS E DO SUPORTE LEGAL

A **Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí**, doravante **ARES-PCJ**, realiza processo licitatório para contratação de prestação de serviços de coleta (*in loco*) de amostra de esgoto sanitário e de sua análise laboratorial, com vistas a aferir a eficiência do tratamento aplicado aos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE operadas pelos prestadores de serviços dos municípios associados à ARES-PCJ, cujas despesas serão atendidas com a rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*).

Face ao exposto, a ARES-PCJ torna público, para ciência dos interessados que, por intermédio de seu Pregoeiro, Paulo de Oliveira Matos Junior, designado pela Portaria nº 08/2019, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**. O recebimento e a abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão no dia **21 de janeiro de 2020 às 10h** (horário de Brasília), na sede da ARES-PCJ, localizada na Av. Paulista, 633, Jardim Santana, no município de Americana/SP.

Também integram este Edital os seguintes anexos: **Anexo I - Planilha de Proposta Comercial; Anexo II - Modelo Formulário Suplementar aos Relatórios Anexo III - Declaração que a empresa está apta a cumprir todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital; Anexo IV - Declaração Lei Complementar nº 123/2006; Anexo V - Declaração de situação regular junto ao Ministério do Trabalho, em atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da CF/1988; Anexo VI - Termo de Credenciamento; e, Anexo VII - Minuta de contrato.**

A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e será integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, regida, ainda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 12.846/2013, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93, consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, constante do processo indicado acima.

## 2 - DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de prestação de serviços de coleta (*in loco*) de amostra de esgoto sanitário e de sua análise laboratorial, com vistas a aferir a eficiência do tratamento aplicado aos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE operadas pelos prestadores de serviços dos municípios associados à ARES-PCJ.

2.2. A presente licitação se justifica, bem como o seu objeto - contratação de serviços laboratoriais de coleta e análise de esgoto sanitário - em função das atividades exercidas pela ARES-PCJ, que nas tarefas a ela atribuídas, necessita aferir a qualidade da prestação dos serviços de saneamento nos municípios que fazem parte de seu quadro.

2.3. A Contratada deverá realizar um total estimado de 564 (quinhentos e sessenta e quatro) coletas e análises do parâmetro DB05,20 em 292 (duzentos e noventa e duas) estações de tratamento de esgoto.

### 3 - DA METODOLOGIA

#### 3.1. DA DISTÂNCIA DA SEDE DA ARES-PCJ:

3.1.1. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nos municípios associados à ARES-PCJ, com uma distância média de 83,1 km da sede da CONTRATANTE, localizada no município de Americana, conforme relação:

Município	Distância rodoviária aproximada da sede da ARES-PCJ (município de Americana) em km
Americana	3
Amparo	86
Analândia	102
Araraquara	155
Artur Nogueira	38
Atibaia	101
Brotas	125
Campinas	36
Capivari	45
Cerquillo	89
Corumbataí	83
Dois Córregos	147
Guará	328
Holambra	54
Itu	82
Indaiatuba	58
Ipeúna	73
Iracemópolis	38
Itapira	92
Itirapina	93
Jaboticabal	224
Jaguariúna	57
Jumirim	90
Jundiaí	71
Leme	70
Limeira	26
Louveira	59
Mogi Guaçu	84
Mogi Mirim	76
Nova Odessa	8
Pedreira	70
Piracicaba	42
Pirassununga	91
Porto Feliz	87
Rio Claro	55
Ribeirão Preto	190

Salto	72
Santa Bárbara d'Oeste	12
Santa Rita do Passa Quatro	136
Santo Antônio de Posse	63
São Carlos	116
São Pedro	72
Sorocaba	115
Sumaré	12
Tietê	79
Valinhos	49
Vinhedo	53
<b>Distância Média</b>	<b>83,1</b>

3.1.2. O cronograma de serviços é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não se fazendo fato ensejador de reajuste do valor quaisquer mudanças de cronograma que tornem mais caras as coletas, em razão de quaisquer problemas que porventura impliquem na necessidade da CONTRATADA se deslocar por mais de uma vez a quaisquer dos municípios listados no item 3.1.1.

3.1.3. A variação de quilometragem de um município para outro já deve estar contemplada no valor da proposta, não restando direito à CONTRATADA a qualquer alteração de valor por argumentação sobre a distância dos municípios nos quais os serviços serão prestados.

## 3.2. DA COLETA:

3.2.1 As coletas de esgoto bruto e tratado nas estações de tratamento de esgoto deverão ser realizadas conforme programação descrita no item 3.4.1, com acompanhamento do prestador de serviços de cada município regulado.

3.2.2. A logística e as datas das coletas de esgoto bruto e tratado poderão ser estabelecidas pela Contratada mediante agendamento prévio com o prestador de serviços.

3.2.3. A Contratada deverá realizar agendamento prévio da coleta nas estações de tratamento de esgoto com o prestador de serviços de cada município regulado pela ARES-PCJ.

3.2.4. A ARES-PCJ fornecerá a lista de contatos dos municípios regulados à Contratada.

3.2.5. O funcionário da Contratada deve sempre se identificar quando for realizar a coleta, sempre frisando que está a serviço da ARES-PCJ.

3.2.6. A Contratada deverá assegurar que seus funcionários possuam todos os pré-requisitos necessários para acessar as estações de tratamento de esgoto, incluindo vacinas e equipamentos de proteção individual (EPI);

3.2.7. Caberá a Contratada o fornecimento dos frascos para as coletas das amostras previamente preparados, conforme descrito na NBR 9898/1987, equipamentos, veículos

e mão de obra e demais despesas necessárias à realização das etapas de coleta, transporte e análise das amostras.

3.2.8. As amostras de esgoto sanitário bruto e tratado deverão ser coletadas nas Estações de Tratamento de Esgoto localizadas em endereços ou coordenadas indicados pela Diretoria Técnica Operacional da ARES-PCJ nos municípios associados, abrangendo área urbana e distritos.

3.2.9. As amostras de esgoto sanitário bruto deverão ser coletadas na entrada da estação de tratamento de esgoto, antes do esgoto passar por qualquer tratamento preliminar (gradeamento/caixa de areia), em horário comercial.

3.2.10. As amostras de esgoto sanitário tratado (na saída das ETEs) deverão ser coletadas na tubulação de saída do efluente final das ETEs, antes do descarte no corpo receptor, em horário comercial e no mesmo dia de coleta das amostras na entrada da mesma ETE.

3.2.11. Cada amostra deverá ser identificada por número sequencial e não coincidente.

### 3.3. DAS ANÁLISES:

3.3.1. A Contratada deverá executar análise laboratorial das amostras de coletas de esgoto bruto e tratado, na forma detalhada a tabela abaixo:

3.3.2. Análise de Esgoto Sanitário Bruto e Tratado:

Parâmetro	DBO <sub>5,20</sub> Esgoto Bruto (mg/L)	DBO <sub>5,20</sub> Esgoto Tratado (mg/L)	Eficiência do tratamento (%)	Referência Normativa (Art. 18 -Decreto Estadual nº 8.468/1976)
DBO <sub>5,20</sub>			A ser calculada a partir da relação entre as cargas orgânicas de entrada e saída, devendo ser de no mínimo de 80% caso a DBO <sub>5,20</sub> do esgoto tratado resultar superior a 60 mg/L	60 mg/L ou 80% de redução à carga orgânica de entrada

Nota: A Contratada deverá apresentar os resultados das análises de DQO do esgoto bruto e tratado, utilizadas para as análises de DBO.

3.3.3. O procedimento de ensaio para a análise de DBO deve seguir a norma SMEWW (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater), 23ª Edição, Método 5210 B. Os ensaios devem ser realizados ao menos em duplicata. Caso a margem de erro entre os resultados seja maior que 10%, uma terceira amostra deve ser analisada.

### 3.4. DA PROGRAMAÇÃO DAS COLETAS E ANÁLISES:

3.4.1. A tabela a seguir apresenta a relação de estimativa de municípios e quantitativo de coletas e análises de esgoto.

**Programação de coletas e análises**

Municípios	Programação coletas - Quantitativo de ETE		Nº de pontos de coleta/análises de DBO previstas			Nº de pontos de coleta/análises de DBO previstas		
	Per. Úmido	Per. Seco	Período Úmido			Período Seco		
			Entrada ETE	Saída ETE	Total	Entrada ETE	Saída ETE	Total
Americana	2	2	2	2	4	2	2	4
Amparo	2	2	2	2	4	2	2	4
Analândia	1	1	1	1	2	1	1	2
Araraquara	2	2	2	2	4	2	2	4
Artur Nogueira	1	1	1	1	2	1	1	2
Atibaia	3	3	3	3	6	3	3	6
Brotas	2	2	2	2	4	2	2	4
Campinas	23	23	23	23	46	23	23	46
Capivari	3	3	3	3	6	3	3	6
Cerquilha	4	4	4	4	8	4	4	8
Corumbataí	1	1	1	1	2	1	1	2
Dois Córregos	2	2	2	2	4	2	2	4
Guaíra	4	4	4	4	8	4	4	8
Holambra	1	1	1	1	2	1	1	2
Itu	1	1	1	1	2	1	1	2
Indaiatuba	1	1	1	1	2	1	1	2
Ipeúna	1	1	1	1	2	1	1	2
Iracemápolis	1	1	1	1	2	1	1	2
Itapira	1	1	1	1	2	1	1	2
Itirapina	1	1	1	1	2	1	1	2
Jaboticabal	3	3	3	3	6	3	3	6
Jaguariúna	1	1	1	1	2	1	1	2
Jumirim	1	1	1	1	2	1	1	2
Jundiá	3	3	3	3	6	3	3	6
Leme	1	1	1	1	2	1	1	2
Limeira	3	3	3	3	6	3	3	6
Louveira	1	1	1	1	2	1	1	2
Mogi Guaçu	4	4	4	4	8	4	4	8
Mogi Mirim	1	1	1	1	2	1	1	2
Nova Odessa	2	2	2	2	4	2	2	4
Pedreira	1	1	1	1	2	1	1	2
Piracicaba	10	10	10	10	20	10	10	20
Pirassununga	2	2	2	2	4	2	2	4
Porto Feliz	2	2	2	2	4	2	2	4
Rio Claro	8	8	8	8	16	8	8	16
Ribeirão Preto	2	2	2	2	4	2	2	4
Salto	1	1	1	1	2	1	1	2
Santa Bárbara d'Oeste	4	4	4	4	8	4	4	8
Santa Rita do Passa Quatro	2	2	2	2	4	2	2	4
Santo Antônio de Posse	1	1	1	1	2	1	1	2
São Carlos	3	3	3	3	6	3	3	6
São Pedro	2	2	2	2	4	2	2	4
Sorocaba	7	7	7	7	14	7	7	14
Sumaré	16	16	16	16	32	16	16	32
Tietê	4	4	4	4	8	4	4	8
Valinhos	1	1	1	1	2	1	1	2
Vinhedo	3	3	3	3	6	3	3	6
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>292</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>292</b>

3.4.2. A programação de coletas e análises de esgoto deverá obedecer ao seguinte cronograma, em função da data de emissão da Ordem de Serviço (OS):

**Cronograma de coletas e análises**

Prazos		Detalhamento
Período Úmido	Data da OS	a ARES-PCJ deverá fornecer à Contratada a relação completa de locais de coleta, endereços ou coordenadas e contatos técnicos;
	OS + 15 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ a Programação, com data e local (município) de cada coleta programada no período úmido (entre janeiro e março/2020);
	OS + 60 dias	a Contratada deverá realizar a coleta de todas as amostras previstas no período úmido;
	OS + 75 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ os Relatórios descritos no item 5;
Período Seco	OS + 180 dias	a ARES-PCJ deverá fornecer à Contratada a relação completa de locais de coleta, endereços ou coordenadas e contatos técnicos;
	OS + 195 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ a Programação, com data e local (município) de cada coleta programada no período seco (entre agosto e outubro/2020);
	OS + 240 dias	a Contratada deverá realizar a coleta de todas as amostras previstas no período seco;
	OS + 255 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ os Relatórios descritos no item 5

### 3.5. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

3.5.1. O futuro contrato a ser firmado com a licitante vencedora não poderá ser objeto de subcontratação em hipótese alguma, sob pena de configurar descumprimento contratual, com a cominação das sanções aplicáveis ao caso, inclusive com a possibilidade de rescisão contratual.

3.5.2. Pelos termos deste Edital a licitante dá anuência expressa em relação ao conhecimento das informações pertinentes ao objeto da licitação e ao certame de modo geral.

3.5.2.1. Não poderá a licitante vencedora alegar posteriormente à contratação a insuficiência de dados e/ou informações pertinentes ao objeto do contrato.

3.5.3. Todas as coletas e análises de esgoto deverão possuir cadeia de custódia que garanta a rastreabilidade, desde a coleta até a emissão do laudo de análise.

3.5.4. Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela Contratada, fica reservada à ARES-PCJ a prerrogativa de solicitação da cadeia de custódia, em formato digital, de qualquer coleta ou análise expressa no presente Edital, bem como a possibilidade de promoção de quaisquer diligências que julgar necessárias à verificação da informação.

3.5.5. A cadeia de custódia da coleta deverá possuir informações sobre a data da coleta, hora, identificação da amostra, preservação da amostra, bem como identificação do profissional responsável pela coleta da amostra.

3.5.6. O prazo para apresentação, no formato digital, de todas as cadeias de custódia de coleta e análise solicitadas pela ARES-PCJ é de até 7 (sete) dias corridos, contados da data da solicitação, que deverá ser feita pela Diretoria Técnica-Operacional da ARES-PCJ.

3.5.7. No caso de verificação e comprovação de resultados analíticos inconsistentes provenientes de coletas realizadas em desacordo com os padrões e procedimentos analíticos, a Contratada será responsável pela realização de nova coleta e análise, a qual ocorrerá sem ônus à ARES-PCJ.

3.5.8. A Contratada, pelos termos deste Edital, assume inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, bem como pela ocorrência de acidentes de trabalho, assim como quaisquer outras ocorrências relativas à danos a terceiros.

3.5.9. A prestação dos serviços de coletas e análises de esgoto, objeto desta licitação, engloba necessariamente todos os procedimentos de coleta, preservação, transporte e análise das amostras, que são de inteira responsabilidade da Contratada.

### 3.6. DOS RELATÓRIOS:

3.6.1. A Contratada deverá analisar e emitir relatório das amostras coletadas em consonância com os padrões de lançamento estabelecidos no Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.

3.6.2. A Contratada deverá emitir os relatórios em CD e 2 (duas) vias impressas onde constem todos os laudos das análises realizadas, por tipo e município, especificando:

- a) Endereço da coleta;
- b) Fotos dos pontos de coleta;
- c) Localização em Graus Decimais;
- d) Condições ambientais do dia da coleta;
- e) Data e horário da coleta;
- f) Data e horário de recebimento da amostra no laboratório;
- g) Data e horário da conclusão da análise;
- h) Número sequencial do Relatório do Ensaio;
- i) Resultados das análises (Parâmetro, Resultado analítico, Unidade, Incerteza, Limite de Quantificação, Referência Metodológica);
- j) Assinatura do responsável técnico.

3.6.3. No Estado de São Paulo, o Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976 prevê que a DBO de saída da ETE deve ser inferior a 60 mg/L, valor que pode ser ultrapassado apenas se a eficiência for melhor que 80%. Assim, se a DBO for maior que 60 mg/L, mas a

eficiência maior que 80%, o relatório deverá exprimir que efluente atende aos limites de lançamento estipulados no referido Decreto, considerando as seguintes hipóteses de conclusão:

a) Se DBO saída < 60 mg/L (para qualquer eficiência): O resultado do parâmetro DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976;

b) Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência > 80%: O resultado da eficiência na remoção de DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976;

c) Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência < 80%: O resultado do parâmetro DBO e de eficiência estão em desacordo com os limites estabelecidos pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.

3.6.4. Todos os relatórios das análises deverão ser digitalizados pela Contratada e entregues em planilha eletrônica em arquivo Excel, conforme formulário-modelo apresentado no **Anexo II** deste Edital.

3.6.5. As 2 (duas) vias impressas serão encaminhadas pela Diretoria Técnica Operacional às Prefeituras e aos prestadores dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios associados.

#### **4- DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1. A Contratada fica responsável pela entrega dos produtos descritos neste Edital na sede da Agência Reguladora PCJ, situada na Avenida Paulista, 633 - Jardim Santana na cidade de Americana.

4.2. A entrega dos produtos deverá ser acompanhada da nota fiscal, com descrição do quantitativo de Estações de Tratamento de Esgoto avaliadas.

#### **5 - DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. Pela integral e satisfatória execução do objeto deste Edital, a ARES-PCJ pagará à Contratada o valor respectivo, em duas etapas, de acordo com o número estações de tratamento de esgoto em que foi avaliada a eficiência de remoção de DBO 5,20.

5.2. O pagamento se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão de documento fiscal pela Contratada, de acordo com os serviços prestados no mês anterior.

5.3. A falta de aprovação por parte da ARES-PCJ obriga a contratada a refazer a parte considerada insatisfatória.

5.4. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da ARES-PCJ, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a



variação do IPCA/IBGE, “pro rata die”, devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

5.5. Os preços deverão incluir todas e quaisquer despesas diretas e indiretas incluindo e não se limitando às despesas com materiais, pessoal, encargos, despesas com viagens, estadias, refeições, combustíveis, comunicações, seguros, impostos e taxas.

## 6 - DO PRAZO DO CONTRATO A SER CELEBRADO

6.1. O prazo do contrato a ser celebrado para prestação dos serviços objetivados neste Edital será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, podendo ser prorrogado a critério e conveniência da ARES-PCJ, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o Art. 57, Inc. II, da Lei federal nº 8.666/1993.

6.2. Será utilizado o índice IPCA/IBGE “pro rata die”, ou qualquer outro que o substitua, como índice oficial, em caso de prorrogação do prazo do contrato a ser celebrado, quando do momento de eventual reajuste.

## 7 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão entregar ao pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”, contendo na parte externa o número do pregão, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame.

7.1.1. As empresas interessadas em participar da licitação deverão apresentar suas propostas comerciais conforme o modelo apresentado a seguir:

	<b>Tipo de Análise de Esgoto Sanitário</b>	<b>Quantidade estimada de ETE (1)</b>	<b>Valor Unitário de cada ETE (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>1</b>	Eficiência de remoção de DBO em <u>292 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)</u> , totalizando 584 coletas e análises de DBO <sub>5,20</sub> e DQO na <u>entrada</u> e <u>saída</u> de cada ETE.	292		

(1) A quantidade estimada é de Estações de Tratamento de Esgoto.

7.2. Licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal com Aviso de Recebimento – A.R. deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do Sr. pregoeiro. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após o horário de abertura estipulado no presente Edital.

7.3. Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a ARES-PCJ.

7.4. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas com atividade no ramo ou atividades afins, desde que constando expressamente em seu Contrato Social ou Estatuto, que apresentarem toda a documentação exigida e satisfaçam as condições estabelecidas neste **PREGÃO**.

7.5. Não será permitida a participação de empresas em forma de consórcio, devendo cada empresa apresentar proposta isoladamente, como única responsável, perante o trabalho objeto desta licitação.

7.6. A ARES-PCJ designará um responsável do Departamento Administrativo da Entidade para fiscalizar os serviços realizados, sendo que, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto deste **PREGÃO**, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou falhas observadas.

7.7. Os serviços ora licitados, serão examinados, conferidos, aceitos e atestados pelo responsável indicado, ficando a proponente obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à ARES-PCJ, as partes julgadas insatisfatórias.

## **8 – DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE**

8.1. As licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante, devidamente munidos de Procuração/**Termo de Credenciamento** (nos termos do **ANEXO VI** do presente Edital, **devendo ser apresentado, fora dos envelopes, PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO**) que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame. Caso não seja o representante na licitação sócio da empresa, que apresente juntamente com a procuração o Contrato Social para aferição do outorgante dos poderes.

8.2. Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio dos representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

8.3. As licitantes que desejem encaminhar seus envelopes via postal com AR também deverão apresentar a declaração acima juntamente com a proposta comercial e, caso não se façam representar durante a sessão de lances verbais, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descritos no item 8.1.

## 9 – DA PROPOSTA

9.1. Na parte externa do envelope deverá constar a palavra “**PROPOSTA**”. A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente edital. Suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) nome (identificação) da licitante, endereço, número de telefone, CEP e nº do CNPJ;
- b) preço apresentando devendo estar em conformidade com as descritas no Anexo I deste edital, indicando o valor unitário e global, expresso em algarismos.

9.2. A simples participação neste certame implica:

- a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos;
- c) que a empresa licitante vencedora se compromete cumprir sua proposta no preço constante de sua proposta;
- d) prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.

9.3. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.

## 10 – DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação com a Declaração preenchida fora do envelope **Anexo III**. Os envelopes deverão indicar o número deste **PREGÃO** e conter externamente as indicações “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**”.

10.2. Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no ato convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

10.3. Será então, selecionada pelo pregoeiro a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, relativamente à de menor preço.

10.4. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já

tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.5. Às licitantes selecionadas na forma dos itens 10.3 e 10.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

10.6. Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.

10.7. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.

10.8. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

10.9. Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço.

10.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais.

10.11. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

10.12. O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.

10.13. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante que tiver formulado.

10.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

10.15. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto, para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

10.16. Da reunião será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes.

## **11 - DA HABILITAÇÃO**

11.1. A habilitação ao presente pregão deverá ser demonstrada diretamente pela apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- a). Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor e registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b). Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o qual poderá ser obtido através da internet no site da Receita Federal e deverá ser apresentada com a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes “A” da presente licitação. Também será admitida declaração expedida pela Receita Federal, desde que a data de expedição não seja superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes “A” da presente licitação;
- c). Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d). Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede ou da filial da empresa participante da presente licitação, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei municipal;
- e). Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) – através de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (conjunta – INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f). Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos;
- g). Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, demonstrada através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- h). Declaração da Licitante que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho – MTE, na observância das vedações estabelecidas no Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sob as penas do art. 299 do Código Penal. **ANEXO V**;
- i). Certificado de Apenados, nos termos do site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP ([www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm](http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm)), com data não superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de informar a existência ou a inexistência de registro de apenamentos, comprovando a regularidade da pessoa jurídica no exato momento da pesquisa nos registros informatizados do Tribunal;

j). Apresentação de Certificação e a Acreditação do INMETRO de acordo com a NBR ISO/IEC 17025:2005, comprovando a acreditação relativa à capacidade de realizar análise laboratorial do parâmetro DBO5,20 e amostragem/coleta em estação de tratamento de esgoto de acordo com a norma SMEWW (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater), 23ª Edição, Método 5210 B;

k). Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando a execução, pela empresa, de serviços da mesma natureza do objeto desta licitação, em que ateste já ter executado atividade similar à descrita no presente Termo de Referência, com quantidades mínimas de 30% exigida para o presente contrato (85 coletas em Estação de Tratamento de Esgoto com análise de DBO5,20 de esgoto bruto e tratado), com profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Química – CRQ, através de certidão;

l). Comprovação de experiência do responsável técnico pela gestão do contrato.

11.2. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido, para quaisquer dos documentos requeridos neste item.

11.3. Os documentos deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalva a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

## **12 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

12.1. No julgamento das propostas será considerado o menor preço global, nos moldes definidos neste edital.

12.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos da letra “b”, do § 1º, do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

## **13 – DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

13.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar no Envelope nº. 01 PROPOSTA DE PREÇOS, os seguintes documentos:

a) *declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º. da Lei Complementar nº. 123/2006, (Anexo);*

b) *certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se*

*enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.*

13.2. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, será exigido das mesmas a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

13.3. A identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na sessão pública do pregão só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

13.4. Nas licitações do tipo menor preço, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas 2 microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

13.4.1. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.4.2. A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

a) ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no item serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

13.4.3. Não se aplica o sorteio quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

13.4.4. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão;

13.4.5. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global, observados os requisitos e as especificações definidas neste Edital, sendo aceito somente duas casas decimais, com o valor unitário exato.

## **14 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. Declarado o vencedor, quaisquer dos licitantes poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do art. 4º da Lei 10.520/2002.

14.2. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Av. Paulista, 633 – Jardim Santana - Americana – SP.

14.3. Em atenção aos princípios administrativos da eficiência e da economia processual, o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que são insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.

## **15 – DAS PENALIDADES – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

15.1. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula editalícia ou condição de entrega, assim como o não atendimento da solicitação para a execução do serviço descrito neste Edital, bem como o atraso injustificado na respectiva conclusão, ensejará à **LICITANTE** a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida, além das demais cominações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e do futuro Contrato a ser lavrado, respeitada a graduação da penalidade com base na gravidade da inexecução, tempo de atraso ou prejuízo à **CONTRATANTE**, o que deverá ser analisado mediante instauração de processo administrativo.

15.2. Poderá, ainda, haver a aplicação das sanções previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, no que diz respeito à hipótese de rescisão contratual, nos casos expressos em lei, restando à **LICITANTE** o direito de reter eventuais créditos para ressarcir-se dos prejuízos que eventualmente lhe forem causados, sujeitando a **CONTRATADA** à consequência prevista no artigo 80, inciso IV, da mencionada Lei.

15.3. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **CONTRATANTE**, desde que formuladas, mediante protocolo, pela **LICITANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da notificação por escrito, da intenção de aplicação da sanção.

15.4. As penalidades estabelecidas no item anterior não serão aplicadas se a infração decorrer de hipótese motivada por força maior ou caso fortuito, conforme inciso XVII do



art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente comprovada e aceita pela CONTRATANTE, em caso de acordo entre as partes, ou por razões de interesse público devidamente justificadas, assim como nas situações elencadas nos incisos XII a XVI do art. 78 da lei mencionada em epígrafe.

15.5. A aplicação da multa pecuniária não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o futuro Contrato e aplique outras sanções previstas neste no Edital e no Contrato, podendo ser acumuladas com as penalidades de advertência, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como, declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

15.6. No caso de inexecução total ou parcial das condições editalícias, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa, no percentual de até 10 % (dez por cento) do valor da contratação;

c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

15.6.1. As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 15.6 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.7. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela LICITANTE ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da LICITANTE, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **16 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão às contas da rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*).

## **17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação relativa à presente licitação.

17.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3. O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo.

17.4. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas relativas às orientações contidas no presente pregão poderão ser solicitados por escrito ao pregoeiro ou através do telefone (19) 3471-5700, bem como pelo e-mail: [compras@arespcj.com.br](mailto:compras@arespcj.com.br), de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

Americana, 07 de janeiro de 2020.

**JAIME CESAR DA CRUZ**  
Presidente da ARES-PCJ

(Despacho pelo art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93).  
De acordo com os termos do Edital:

Tiago Alves de Sousa (OAB/SP 358.574)  
Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ

## ANEXO I

### PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº ....., Inscrição Estadual sob nº ....., com sede no município de ....., Estado de....., na Rua ....., nº ....., através deste documento encaminha sua Proposta Comercial referente ao **Pregão Presencial nº 01/2020**, para contratação de prestação de serviços de coleta (*in loco*) de amostra de esgoto sanitário e de sua análise laboratorial, com vistas a aferir a eficiência do tratamento aplicado aos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE operadas pelos prestadores de serviços dos municípios associados à ARES-PCJ, respeitando as seguintes especificações:

TIPO DE ANÁLISE DE ESGOTO SANITÁRIO		Quantidade estimada de ETE <sup>(1)</sup>	Valor Unitário de cada ETE (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>Eficiência de remoção de DBO em <u>292 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE)</u>, totalizando 584 coletas e análises de DBO<sub>5,20</sub> e DQO na <u>entrada e saída</u> de cada ETE.</p>	292		
<b>TOTAL R\$</b>				
Total (por extenso):				

(1) A quantidade estimada é de Estações de Tratamento de Esgoto.

#### Notas:

- 1) Os valores apresentados são com base na data desta Proposta que terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.
- 2) A assinatura nesta Proposta Comercial implica na aceitação dos termos deste Pregão Presencial.

.....de.....de 2020  
(local)

\_\_\_\_\_  
Assinatura Autorizada

Nome:  
CPF:

RG:

**ANEXO II**  
**FORMULÁRIO MODELO A SER ENTREGUE, EM MEIO**  
**DIGITAL (PLANILHA ELETRÔNICA EXCEL).**  
**SUPLEMENTARMENTE AOS RELATÓRIOS DE ENSAIO**

MUNICÍPIO	ETE	DATA DA COLETA	DBO ENTRADA (mg/L)	DBO SAÍDA (mg/L)	EFICIÊNCIA (%)	CONCLUSÃO
AMERICANA	CARIOBA	01/03/2020	120	30	75%	<i>O resultado do parâmetro DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.</i>
AMERICANA	CARIOBA	01/03/2020	600	90	85%	<i>O resultado da eficiência na remoção de DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.</i>
AMERICANA	CARIOBA	01/03/2020	600	300	50%	<i>O resultado do parâmetro DBO e de eficiência estão em desacordo com os limites estabelecidos pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.</i>

## **ANEXO III** **DECLARAÇÃO**

**Pregão nº 01/2020**

A empresa “.....”, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº ...../.....-...., com sua sede no Município de ....., na ...(endereço completo)..., em conformidade com o disposto no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura e nº do R.G. do declarante

***(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO)***

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, e através do(a) seu (sua) Contador(a), Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, inscrito no CRC sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º §4º da referida Lei.

(local), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal

\_\_\_\_\_

Assinatura do Contador

\_\_\_\_\_

(identificação/Nº do CRC)

**OBS: No documento deverá constar a assinatura do Contador, ficando este ciente de que assume total responsabilidade pela presente Declaração, e que responderá integralmente pela inexatidão das informações por ventura equivocadas.**

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO – SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO**  
**MINISTÉRIO DO TRABALHO – ART. 7º, XXXIII, CF**

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ/MF sob número \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), \_\_\_\_\_ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, que pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, que por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG nº \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF/MF sob número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, DECLARA que está em situação regular junto ao Ministério do Trabalho, nos moldes do inciso XXXIII do artigo 7º da CF/1988.

Local e data

---

Representante legal

**ANEXO VI**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**Pregão n.º 01/2020**

Ao  
Pregoeiro Oficial  
Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias do Rios Piracicaba, Capivari  
e Jundiá – ARES-PCJ.

**CRENCIAMENTO DE REPRESENTANTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_,  
com sede na Rua/Av. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
através do presente termo, credencia o(a)  
Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade  
n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela ARES-PCJ, na modalidade  
de **Pregão Presencial n.º 01/2020**, na qualidade de Representante Credenciado,  
outorgando-lhe poderes para praticar todos os atos pertinentes à licitação, entre os  
quais o de apresentar ofertas através de lances verbais e o de interpor, ou renunciar ao  
direito de interposição de recurso.

Por ser verdade, firmo o presente em uma única via.

\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**CARIMBO DO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**

***(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO)***



## **ANEXO VII**

### **MINUTA DO CONTRATO**

*Contrato para a prestação de serviço, que entre si celebram ARES-PCJ e a empresa ..... para prestação de serviços de coleta (in loco) de amostra de esgoto sanitário e respectiva análise laboratorial, nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE operadas pelos prestadores de serviços dos municípios associados à ARES-PCJ.*

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**, associação pública na forma de consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, representado por seu Presidente, **JAIME CÉSAR DA CRUZ**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 20.917.118-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF no 111.894.628-69, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxx, com sede na cidade de xxxxx, Estado de xxxxxxxxx, na xxxx, nº xxxxx, bairro, neste ato representada por seu(sua) Representante Legal, **XXXXXXXXXX**, brasileiro(a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº xxxxxxxxxxxx SSP/xx, inscrito(a) no CPF/MF sob nº xxxxxx, residente e domiciliado(a) na cidade de xxxxxx, Estado de xxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si certo e ajustado à celebração do presente contrato, com as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta (in loco) de amostra de esgoto sanitário e de sua análise laboratorial, com vistas a aferir a eficiência do tratamento aplicado aos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE operadas pelos prestadores de serviços dos municípios associados à ARES-PCJ.

1.1.1. A contratação se justifica, bem como o seu objeto - contratação de serviços laboratoriais de coleta e análise de esgoto sanitário - em função das atividades exercidas pela ARES-PCJ, que nas tarefas a ela atribuídas, necessita aferir a qualidade da prestação dos serviços de saneamento nos municípios consorciados.

1.1.2. A Contratada deverá realizar um total estimado de 564 (quinhentos e sessenta e quatro) coletas e análises do parâmetro DB05,20 em 292 (duzentos e noventa e duas) estações de tratamento de esgoto.

## 1.2. DA METODOLOGIA

### 1.2.1. DA DISTÂNCIA DA SEDE DA ARES-PCJ:

1.2.1.1. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nos municípios associados à ARES-PCJ, com uma distância média de 83,1 km da sede da CONTRATANTE, localizada no município de Americana, conforme relação:

Município	Distância rodoviária aproximada da sede da ARES-PCJ (município de Americana) em km
Americana	3
Amparo	86
Analândia	102
Araraquara	155
Artur Nogueira	38
Atibaia	101
Brotas	125
Campinas	36
Capivari	45
Cerquillo	89
Corumbataí	83
Dois Córregos	147
Guará	328
Holambra	54
Itu	82
Indaiatuba	58
Ipeúna	73
Iracemópolis	38
Itapira	92
Itirapina	93
Jaboticabal	224
Jaguariúna	57
Jumirim	90
Jundiá	71
Leme	70
Limeira	26
Louveira	59
Mogi Guaçu	84
Mogi Mirim	76
Nova Odessa	8
Pedreira	70
Piracicaba	42
Pirassununga	91
Porto Feliz	87
Rio Claro	55
Ribeirão Preto	190
Salto	72
Santa Bárbara d'Oeste	12
Santa Rita do Passa Quatro	136
Santo Antônio de Posse	63
São Carlos	116
São Pedro	72
Sorocaba	115
Sumaré	12
Tietê	79
Valinhos	49
Vinhedo	53
<b>Distância Média</b>	<b>83,1</b>

1.2.1.2. O cronograma de serviços é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não se fazendo fato ensejador de reajuste do valor quaisquer mudanças de cronograma que tornem mais caras as coletas, em razão de quais quer problemas que porventura impliquem na necessidade da CONTRATADA se deslocar por mais de uma vez a quaisquer dos municípios listados no item 1.2.1.1.

1.2.1.3. A variação de quilometragem de um município para outro já deve estar contemplada no valor da proposta, não restando direito à CONTRATADA a qualquer alteração de valor por argumentação sobre a distância dos municípios nos quais os serviços serão prestados.

### 1.2.2. DA COLETA:

1.2.2.1. As coletas de esgoto bruto e tratado nas estações de tratamento de esgoto deverão ser realizadas conforme programação descrita no item 1.2.4.1, com acompanhamento do prestador de serviços de cada município regulado.

1.2.2.2. A logística e as datas das coletas de esgoto bruto e tratado poderão ser estabelecidas pela Contratada mediante agendamento prévio com o prestador de serviços.

1.2.2.3. A Contratada deverá realizar agendamento prévio da coleta nas estações de tratamento de esgoto com o prestador de serviços de cada município regulado pela ARES-PCJ.

1.2.2.4. A ARES-PCJ fornecerá a lista de contatos dos municípios regulados à Contratada.

1.2.2.5. O funcionário da Contratada deve sempre se identificar quando for realizar a coleta, sempre frisando que está a serviço da ARES-PCJ.

1.2.2.6. A Contratada deverá se responsabilizar para que seus funcionários possuam todos os pré-requisitos necessários para acessar as estações de tratamento de esgoto, incluindo vacinas e equipamentos de proteção individual (EPI);

1.2.2.7. Caberá a Contratada o fornecimento dos frascos para as coletas das amostras previamente preparados, conforme descrito na NBR 9898/1987, equipamentos, veículos e mão de obra e demais despesas necessárias à realização das etapas de coleta, transporte e análise das amostras.

1.2.2.8. As amostras de esgoto sanitário bruto e tratado deverão ser coletadas nas Estações de Tratamento de Esgoto localizadas em endereços ou coordenadas indicados pela Diretoria Técnica Operacional da ARES-PCJ nos municípios associados, abrangendo área urbana e distritos.

1.2.2.9. As amostras de esgoto sanitário bruto deverão ser coletadas na entrada da estação de tratamento de esgoto, antes do esgoto passar por qualquer tratamento preliminar (gradeamento/caixa de areia), em horário comercial.

1.2.2.10. As amostras de esgoto sanitário tratado (na saída das ETEs) deverão ser coletadas na tubulação de saída do efluente final das ETEs, antes do descarte no corpo receptor, em horário comercial e no mesmo dia de coleta das amostras na entrada da mesma ETE.

1.2.2.11. Cada amostra deverá ser identificada por número sequencial e não coincidente.

### 1.2.3. DAS ANÁLISES:

1.2.3.1. A Contratada deverá executar análise laboratorial das amostras de coletas de esgoto bruto e tratado, na forma detalhada a tabela abaixo:

1.2.3.2. Análise de Esgoto Sanitário Bruto e Tratado:

Parâmetro	DBO <sub>5,20</sub> Esgoto Bruto (mg/L)	DBO <sub>5,20</sub> Esgoto Tratado (mg/L)	Eficiência do tratamento (%)	Referência Normativa (Art. 18 -Decreto Estadual nº 8.468/1976)
DBO <sub>5,20</sub>			A ser calculada a partir da relação entre as cargas orgânicas de entrada e saída, devendo ser de no mínimo de 80% caso a DBO <sub>5,20</sub> do esgoto tratado resultar superior a 60 mg/L	60 mg/L ou 80% de redução à carga orgânica de entrada

Nota: A Contratada deverá apresentar os resultados das análises de DQO do esgoto bruto e tratado, utilizadas para as análises de DBO.

1.2.3.3. O procedimento de ensaio para a análise de DBO deve seguir a norma SMEWW (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater), 23ª Edição, Método 5210 B. Os ensaios devem ser realizados ao menos em duplicata. Caso a margem de erro entre os resultados seja maior que 10%, uma terceira amostra deve ser analisada.

### 1.2.4. DA PROGRAMAÇÃO DAS COLETAS E ANÁLISES:

1.2.4.1. A tabela a seguir apresenta a relação de estimativa de municípios e quantitativo de coletas e análises de esgoto.

**Programação de coletas e análises**

Municípios	Programação coletas - Quantitativo de ETE		Nº de pontos de coleta/análises de DBO previstas			Nº de pontos de coleta/análises de DBO previstas		
	Per. Úmido	Per. Seco	Período Úmido			Período Seco		
			Entrada ETE	Saída ETE	Total	Entrada ETE	Saída ETE	Total
Americana	2	2	2	2	4	2	2	4
Amparo	2	2	2	2	4	2	2	4
Analândia	1	1	1	1	2	1	1	2
Araraquara	2	2	2	2	4	2	2	4
Artur Nogueira	1	1	1	1	2	1	1	2
Atibaia	3	3	3	3	6	3	3	6
Brotas	2	2	2	2	4	2	2	4
Campinas	23	23	23	23	46	23	23	46
Capivari	3	3	3	3	6	3	3	6
Cerquilha	4	4	4	4	8	4	4	8
Corumbataí	1	1	1	1	2	1	1	2
Dois Córregos	2	2	2	2	4	2	2	4
Guaíra	4	4	4	4	8	4	4	8
Holambra	1	1	1	1	2	1	1	2
Itu	1	1	1	1	2	1	1	2
Indaiatuba	1	1	1	1	2	1	1	2
Ipeúna	1	1	1	1	2	1	1	2
Iracemápolis	1	1	1	1	2	1	1	2
Itapira	1	1	1	1	2	1	1	2
Itirapina	1	1	1	1	2	1	1	2
Jaboticabal	3	3	3	3	6	3	3	6
Jaguariúna	1	1	1	1	2	1	1	2
Jumirim	1	1	1	1	2	1	1	2
Jundiá	3	3	3	3	6	3	3	6
Leme	1	1	1	1	2	1	1	2
Limeira	3	3	3	3	6	3	3	6
Louveira	1	1	1	1	2	1	1	2
Mogi Guaçu	4	4	4	4	8	4	4	8
Mogi Mirim	1	1	1	1	2	1	1	2
Nova Odessa	2	2	2	2	4	2	2	4
Pedreira	1	1	1	1	2	1	1	2
Piracicaba	10	10	10	10	20	10	10	20
Pirassununga	2	2	2	2	4	2	2	4
Porto Feliz	2	2	2	2	4	2	2	4
Rio Claro	8	8	8	8	16	8	8	16
Ribeirão Preto	2	2	2	2	4	2	2	4
Salto	1	1	1	1	2	1	1	2
Santa Bárbara d'Oeste	4	4	4	4	8	4	4	8
Santa Rita do Passa Quatro	2	2	2	2	4	2	2	4
Santo Antônio de Posse	1	1	1	1	2	1	1	2
São Carlos	3	3	3	3	6	3	3	6
São Pedro	2	2	2	2	4	2	2	4
Sorocaba	7	7	7	7	14	7	7	14
Sumaré	16	16	16	16	32	16	16	32
Tietê	4	4	4	4	8	4	4	8
Valinhos	1	1	1	1	2	1	1	2
Vinhedo	3	3	3	3	6	3	3	6
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>292</b>	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>292</b>

1.2.4.2. A programação de coletas e análises de esgoto deverá obedecer ao seguinte cronograma, em função da data de emissão da Ordem de Serviço (OS):

**Cronograma de coletas e análises**

Prazos		Detalhamento
Período Úmido	Data da OS	a ARES-PCJ deverá fornecer à Contratada a relação completa de locais de coleta, endereços ou coordenadas e contatos técnicos;
	OS + 15 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ a Programação, com data e local (município) de cada coleta programada no período úmido (entre janeiro e março/2020);
	OS + 60 dias	a Contratada deverá realizar a coleta de todas as amostras previstas no período úmido;
	OS + 75 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ os Relatórios descritos no item 5;
Período Seco	OS + 180 dias	a ARES-PCJ deverá fornecer à Contratada a relação completa de locais de coleta, endereços ou coordenadas e contatos técnicos;
	OS + 195 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ a Programação, com data e local (município) de cada coleta programada no período seco (entre agosto e outubro/2020);
	OS + 240 dias	a Contratada deverá realizar a coleta de todas as amostras previstas no período seco;
	OS + 255 dias	a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ os Relatórios descritos no item 5

### 1.2.5. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1.2.5.1. O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação em hipótese alguma, sob pena de configurar descumprimento contratual, com a cominação das sanções aplicáveis ao caso, inclusive com a possibilidade de rescisão contratual.

1.2.5.2. Pelos termos deste contrato a licitante dá anuência expressa em relação ao conhecimento das informações pertinentes ao objeto deste contrato de modo geral.

1.2.5.2.1. Não poderá a CONTRATADA alegar posteriormente à contratação a insuficiência de dados e/ou informações pertinentes ao objeto do contrato.

1.2.5.3. Todas as coletas e análises de esgoto deverão possuir cadeia de custódia que garanta a rastreabilidade, desde a coleta até a emissão do laudo de análise.

1.2.5.4. Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela Contratada, fica reservada à ARES-PCJ a prerrogativa de solicitação da cadeia de custódia, em formato digital, de qualquer coleta ou análise expressa neste contrato, bem como a possibilidade de promoção de quaisquer diligências que julgar necessárias à verificação da informação.

1.2.5.5. A cadeia de custódia da coleta deverá possuir informações sobre a data da coleta, hora, identificação da amostra, preservação da amostra, bem como identificação do profissional responsável pela coleta da amostra.

1.2.5.6. O prazo para apresentação, no formato digital, de todas as cadeias de custódia de coleta e análise solicitadas pela ARES-PCJ é de até 7 (sete) dias corridos, contados da data da solicitação, que deverá ser feita pela Diretoria Técnica-Operacional da ARES-PCJ.

1.2.5.7. No caso de verificação e comprovação de resultados analíticos inconsistentes provenientes de coletas realizadas em desacordo com os padrões e procedimentos analíticos, a Contratada será responsável pela realização de nova coleta e análise, a qual ocorrerá sem ônus à ARES-PCJ.

1.2.5.8. A Contratada, pelos termos deste contrato, assume inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, bem como pela ocorrência de acidentes de trabalho, assim como quaisquer outras ocorrências relativas à danos a terceiros.

1.2.5.9. A prestação dos serviços de coletas e análises de esgoto, objeto deste contrato, engloba necessariamente todos os procedimentos de coleta, preservação, transporte e análise das amostras, que são de inteira responsabilidade da Contratada.

#### 1.2.6. DOS RELATÓRIOS:

1.2.6.1. A Contratada deverá analisar e emitir relatório das amostras coletadas em consonância com os padrões de lançamento estabelecidos no Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.

1.2.6.2. A Contratada deverá emitir os relatórios em CD e 2 (duas) vias impressas onde constem todos os laudos das análises realizadas, por tipo e município, especificando:

- a) Endereço da coleta;
- b) Fotos dos pontos de coleta;
- c) Localização em Graus Decimais;
- d) Condições ambientais do dia da coleta;
- e) Data e horário da coleta;
- f) Data e horário de recebimento da amostra no laboratório;
- g) Data e horário da conclusão da análise;
- h) Número sequencial do Relatório do Ensaio;
- i) Resultados das análises (Parâmetro, Resultado analítico, Unidade, Incerteza, Limite de Quantificação, Referência Metodológica);
- j) Assinatura do responsável técnico.

1.2.6.3. No Estado de São Paulo, o Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976 prevê que a DBO de saída da ETE deve ser inferior a 60 mg/L, valor que pode ser ultrapassado apenas se a eficiência for melhor que 80%. Assim, se a DBO for maior que 60 mg/L, mas a eficiência maior que 80%, o relatório deverá exprimir que efluente atende aos limites de lançamento estipulados no referido Decreto, considerando as seguintes hipóteses de conclusão:

a) Se DBO saída < 60 mg/L (para qualquer eficiência): O resultado do parâmetro DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976;

b) Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência > 80%: O resultado da eficiência na remoção de DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976;

c) Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência < 80%: O resultado do parâmetro DBO e de eficiência estão em desacordo com os limites estabelecidos pelo Art. 18 do Decreto Estadual nº 8.468/1976.

1.2.6.4. Todos os relatórios das análises deverão ser digitalizados pela Contratada e entregues em planilha eletrônica em arquivo Excel, conforme formulário-modelo apresentado no Anexo II do Edital do Pregão 01/2020.

1.2.6.5. As 2 (duas) vias impressas serão encaminhadas pela Diretoria Técnica Operacional às Prefeituras e aos prestadores dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios associados.

### 1.3. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

1.3.1. A Contratada fica responsável pela entrega dos produtos descritos neste Contrato na sede da Agência Reguladora PCJ, situada na Avenida Paulista, 633 - Jardim Santana na cidade de Americana.

1.3.2. A entrega dos produtos deverá ser acompanhada da nota fiscal, com descrição do quantitativo de Estações de Tratamento de Esgoto avaliadas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O valor total do contrato será de R\$ xxxxxx (xxxxxx) e o pagamento dar-se-á de acordo com o cronograma estabelecido neste Contrato.

2.1.1. Pela integral e satisfatória execução do objeto deste Contrato, a ARES-PCJ pagará o valor respectivo, em duas etapas, de acordo com o número estações de tratamento de esgoto em que foi avaliada a eficiência de remoção de DBO 5,20.



2.2. O pagamento à **CONTRATADA** se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão de documento fiscal pela Contratada, de acordo com os serviços prestados no mês anterior.

2.3. A falta de aprovação por parte da ARES-PCJ obriga a contratada a refazer a parte considerada insatisfatória.

2.4. Os preços deverão incluir todas e quaisquer despesas diretas e indiretas incluindo e não se limitando às despesas com materiais, pessoal, encargos, despesas com viagens, estadias, refeições, combustíveis, comunicações, seguros, impostos e taxas.

2.5. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da ARES-PCJ, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE, "*pro rata die*", devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

2.6. Para a realização dos pagamentos terão as seguintes considerações:

a) A **CONTRATADA** deve encaminhar após o fechamento da fatura à Diretoria Administrativa da Contratante a Nota Fiscal/Fatura;

b) Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias da data do vencimento das faturas, por parte da **CONTRATANTE**, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE "*pro rata die*" devida entre o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento;

c) A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo da prestação de serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério e conveniência da ARES-PCJ.

3.2. Será utilizado o índice IPCA/IBGE "*pro rata die*", ou qualquer outro que o substitua, como índice oficial para prorrogação do contrato quando do momento de eventual reajuste.

3.3. Findo o prazo de vigência do contrato, haverá a presunção de que a **CONTRATADA** adimpliu com suas obrigações contratuais. Todavia, permanece resguardado o direito da **CONTRATANTE** de adotar as medidas cabíveis caso verifique que a Contratada não tenha adimplido com todas suas obrigações ao fim do contrato, no prazo de até 02 anos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos da definição expressa no art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PARA CORRER AS DESPESAS**

5.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da Rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*) da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS**

6.1. Para fins do disposto no art. 56 da Lei Federal 8.666/93, para a execução deste contrato, a **CONTRATANTE** não exigirá da **CONTRATADA** nenhuma garantia que assegure a plena execução do disposto neste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações e em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam, prestando os serviços de forma adequada, meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos;
- b) Atender em até 48 (quarenta e oito) horas às solicitações da fiscalização da CONTRATANTE;
- c) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando, sempre que necessários, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização;
- d) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, sendo que a fiscalização, pela CONTRATANTE, exercida por força deste Contrato, não exime a responsabilidade da CONTRATADA;
- e) Guardar absoluto sigilo acerca de todas as informações relativas ao objeto deste Contrato, recebidas da CONTRATANTE;
- f) Executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações expostas na cláusula primeira deste Contrato;
- g) Prestar à CONTRATANTE, sempre que necessário, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária ao bom desenvolvimento das atividades;
- h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- i) Incumbir-se do pagamento do salário dos profissionais e todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação;
- j) Manter a execução do contrato mesmo em caso de inadimplência por parte da Contratante, desde que não seja superior a 90 (noventa) dias;
- k) Não manter em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- l) Não subcontratar a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

#### 7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar pagamento à **CONTRATADA** pelos serviços prestados de acordo com o prazo estabelecido no Contrato.
- b) Emitir Ordem de Serviço à **CONTRATADA** para a execução do objeto deste Contrato;
- c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, inclusive comunicando a **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e/ou endereço de cobrança e responsável legal e respondendo a todas as notificações encaminhadas pela CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS E PENALIDADES**

8.1. Fica pactuado que o não atendimento da solicitação para a execução do serviço descrito na Cláusula Primeira, bem como o atraso injustificado na respectiva conclusão, ensejará à **CONTRATADA** a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida, além das demais cominações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e neste Contrato, respeitada a graduação da penalidade com base na gravidade da inexecução, tempo de atraso ou prejuízo à **CONTRATANTE**, o que deverá ser analisado mediante instauração de processo administrativo.

8.2. Poderá, ainda, haver a aplicação das sanções previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, no que diz respeito à hipótese de rescisão contratual, nos casos expressos em lei, restando à **CONTRATANTE** o direito de reter eventuais créditos para ressarcir-se dos prejuízos que eventualmente lhe forem causados, sujeitando a **CONTRATADA** à consequência prevista no artigo 80, inciso IV, da mencionada Lei.

8.2.1. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **CONTRATANTE**, desde que formuladas, mediante protocolo, pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da notificação por escrito, da intenção de aplicação da sanção.

8.3. As penalidades estabelecidas no item anterior não serão aplicadas se a infração decorrer de hipótese motivada por força maior ou caso fortuito, conforme inciso XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente comprovada e aceita pela **CONTRATANTE**, em caso de acordo entre as partes, ou por razões de interesse público devidamente justificadas, assim como nas situações elencadas nos incisos XII a XVI do art. 78 da lei mencionada em epígrafe.

8.4. Fica pactuado, também, que a aplicação da multa pecuniária não impede que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato, podendo ser acumuladas com as penalidades de advertência, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como, declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

8.5. No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa, no percentual de até 10 % (dez por cento) do valor da contratação;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.5.1. As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 8.5 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.6. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela **CONTRATADA** ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1. A **CONTRATANTE** poderá a todo tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade, rescindir unilateralmente este contrato administrativo, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, quando a **CONTRATADA**:

- a) deixar de cumprir, dentro dos prazos estipulados, quaisquer das cláusulas ou condições deste Contrato;
- b) não der atendimento às solicitações concernentes à execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, deste instrumento;
- c) cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- d) paralisar suas atividades, sem justa causa e prévia comunicação a ser enviada por escrito, com prazo nunca inferior à 30 (trinta) dias;
- e) tiver sua falência decretada ou tiver instaurado insolvência civil;
- f) alterar ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa de forma que prejudique a execução do contrato;
- g) decretar a dissolução da sociedade ou em caso de falecimento;
- h) quando a CONTRATANTE estiver abarcada por razão de interesse público devidamente justificada;
- i) sofrer ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- j) mantiver em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- k) incorrer nas demais incidências previstas nos artigos 77 a 79 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/1993, naquilo que for pertinente.
- l) subcontratar a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

9.2. O contrato administrativo também poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com prazo nunca inferior à 30 (trinta) dias.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, cabendo à **CONTRATADA**, caso queira, apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação, restando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Em caso de inadimplência das obrigações contratuais por parte da Contratante, não sendo observado o disposto na cláusula 9.2, a **CONTRATADA** deverá pleitear a rescisão contratual por vias judiciais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

10.1. Este Contrato poderá, por iniciativa das partes, e respeitada a legislação pertinente, sofrer modificações quanto à sua abrangência ou conteúdo, através da celebração de termos Aditivos, os quais regularão, inclusive, os casos omissos.

10.1.1. Este contrato se vincula aos termos da Lei Federal n.º 8.666/93; da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Anticorrupção), no tocante à celebração, a critério do Presidente, autoridade máxima da ARES-PCJ, Acordo de Leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos descritos na Lei, nos termos dos artigos 5º, IV; 16 e 17; bem como do Pregão Presencial n.º 01/2020.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO**

11.1. A execução deste Contrato será fiscalizada pelo gestor do Contrato indicado pela **CONTRATANTE**, sendo que, deverá anotar em registro próprio as ocorrências existentes, inclusive determinando o que for necessário à respectiva regularização.

11.2. Cabe ao gestor do contrato a aceitação dos serviços e da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do relatório, vedada a recusa injustificada.

11.3. Os serviços ora contratados serão conferidos e atestados pelo Departamento Administrativo da **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à **CONTRATANTE**, as atividades comprovadas como insatisfatórias.

11.4. A fiscalização do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**

12.1. A assinatura deste contrato importa na afirmativa, pela **CONTRATADA**, da inexistência de impedimento, de qualquer natureza, para o estabelecimento de relação jurídica com a **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. A ARES-PCJ se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, fiscalização essa que em nenhuma hipótese eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios ou de prepostos ou omissões.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS E FORO**

14.1. Em caso de controvérsia, discussão ou desacordo quanto ao cumprimento, interpretação ou aplicação do presente Contrato, as partes preliminarmente deverão notificar uma à outra, por intermédio de carta registrada ou outro meio eficaz e idôneo, devendo ser sanado o defeito ou infração pela parte que lhe der causa no prazo máximo e improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, findo qual este contrato poderá ser rescindido, podendo a parte que se julgar prejudicada recorrer às vias adequadas para a compensação a que possa vir fazer *jus*.

14.2. As partes elegem, de comum acordo, o foro da Cidade de Americana para dirimir dúvidas ou pendências oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um mesmo e único fim, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Americana, xx de xxxxx de 2020.

CONTRATANTE:

**JAIME CESAR DA CRUZ**  
Presidente da ARES-PCJ

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

**Carlos Roberto Belani Gravina**  
RG: nº 3.087.901-2

**Dalto Favero Brochi**  
RG: nº 11.671.976-X

De acordo com os termos do contrato:

Tiago Alves de Sousa (OAB/SP 358.574)  
Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ